

1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ

REUNIÃO SETORIAL COM:

PATRIMÓNIO CULTURAL

LOCAL: Videoconferência

DATA: 25 de setembro de 2024, pelas 10h00m

PRESENCAS:

CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ (CMC): Isabel Matias, Cassandra Mota, Mafalda Teixeira, Mariana Lino, Maximino Bidarra, Rui Ferrão;

TERRITÓRIO XXI: Renato Dias, Vera Santos Silva, Carlos Faustino, Sara Carvalho, Amanda Cavalcante;

PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P. (PC): Maria João Parreira, Sandra Lourenço.

A presente reunião decorre da ponderação efetuada pelo Município da Covilhã ao parecer emitido pelo Património Cultural, I.P. (PC) no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (CC) da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã (PDMC), realizada no dia 28/06/2024.

Esta reunião setorial teve como principal objetivo a prestação de esclarecimentos sobre comentários transmitidos pelo PC no âmbito do referido parecer e a discussão de algumas das alterações solicitadas pela mesma Entidade à proposta de Plano.

Faz parte integrante da presente ata o Anexo I, constituído pelo Quadro 1 com a fundamentação e sentido da ponderação levada a cabo pelo Município que serviu de base para a condução da reunião, ao qual foram acrescentadas duas colunas, uma com notas e comentários efetuados no decurso da reunião e outra com o sentido da ponderação final das questões abordadas. Os resultados da reunião realizada são, assim, os que constam do Anexo I.

Nada mais havendo a acrescentar, foi dada por encerrada a reunião.

OS REPRESENTANTES:

Câmara Municipal da Covilhã (CMC)

Património Cultural (PC)

Isabel Matias

Maria João Parreira

Maximino Bidarra

Sandra Lourenço

Renato Dias

ANEXO I – Quadro de Ponderação do Parecer do PC

QUADRO 1
PATRIMÓNIO CULTURAL (PC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva (Reunião Setorial realizada no dia 25.09.2024)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
GERAL						
GER.01	11	<p>3.3. Desta forma, foi dado cumprimento ao disposto na legislação em vigor referida infra, verificando-se ainda que a informação relativa ao recurso territorial Património Cultural, carece de revisão, correção e atualização conforme assinalado no presente parecer:</p> <p>- N.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.</p> <p>- Alínea h) do Artigo 2.º, alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio.</p> <p>- Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.</p> <p>- N.º 6 do Artigo 3.º e alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio.</p>	Realizar uma revisão sistemática em torno das referências ao “Património Cultural” nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência, tendo em consideração os diversos contributos formulados pela entidade.	Recomendação acolhida	-	-
GER.02	11	<p>3.3.1. Não foi dado cumprimento à alínea b) do n.º 1 do Artigo 4º e Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio visto não terem sido listados na Proposta de Plano os elementos do património arqueológico, situação que deve ser corrigida através da integração da respetiva listagem neste documento.</p>	Os elementos do património arqueológico estão listados no Regulamento e encontram-se representados na Planta de Ordenamento, pelo que devem ser solicitados esclarecimentos à Entidade.	Questão a abordar em reunião setorial	Atualizar e corrigir a lista final dos elementos do património arqueológico (no Regulamento, no Relatório e na Planta de Ordenamento) em função das indicações da Entidade.	Recomendação acolhida
REGULAMENTO						
REG.01	4	<p>2.1. No artigo 2º estão definidos os objetivos e estratégias do PDM onde se encontra a “proteção e valorização do património construído”, expressão que referindo “património cultural” seria mais abrangente.</p>	<p>Não obstante os objetivos estratégicos subjacentes à revisão do PDM observarem uma correspondência efetiva com o estabelecido nos termos de referência do Plano, concorda-se com a sugestão da entidade, uma vez que a expressão “património cultural” é efetivamente mais abrangente.</p> <p>No sentido de reforçar o alcance deste objetivo, será de alterar a redação da alínea a), assumindo, no entanto, apenas uma referência ao património, entendendo-se, assim, orientar a proteção e valorização pretendida a todo o património, independentemente da sua natureza, incluindo-se, para além do património construído, o património cultural, o património arqueológico e o património natural.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.02	4	<p>2.2. No artigo 6º, identifica-se as servidões e restrições de utilidade pública, onde se inclui na alínea f) o “Património edificado”, expressão que deveria igualmente ser substituída por “Património Cultural”. Refere-se ainda que uma vez que no ponto i. já se indica “Imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção”, considera-se não ser necessário o ponto ii. “Zona Geral de Proteção em Vias de Classificação”.</p>	<p>No contexto em presença, o recurso à expressão “Património edificado” observa relação direta com a terminologia utilizada pela Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) na sua publicação “Servidões e Restrições de Utilidade Pública”, pelo que a mesma será de manter.</p> <p>Suprimir o disposto na subalínea ii) da alínea f), por ser desnecessário, uma vez que as zonas gerais de proteção em vias de classificação são já mencionadas na subalínea i).</p>	Recomendação parcialmente acolhida	Substituir, na alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º, a expressão “património edificado” por “património cultural”, procedendo em conformidade noutros artigos com referências ao património.	Recomendação acolhida
REG.03	4	<p>2.4. Conforme artigo 75º, são criados Espaços Culturais, que correspondem a áreas de valor patrimonial, seja ele histórico, arquitetónico, arqueológico, paisagístico, ou outro, para que sejam objeto de proteção e valorização, o que se considera positivo.</p>	A recomendação não carece de qualquer ação da Câmara Municipal. Sem prejuízo, será corrigida a remissão para a planta correta.	N.A.	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.04	5	<p>2.6. No Anexo I - Património Cultural, tabelas 1.1 e 1.2, com a listagem do património classificado e em vias de classificação, refere-se o seguinte, tendo como referência os números dos imóveis identificados na presente informação na Servidão Administrativa:</p> <p>a) As designações dos imóveis classificados deverá ser a que consta nos respetivos decretos de classificação, devendo assim ser ajustada/retificada a de alguns imóveis, nomeadamente as dos números 5, 6, 12 e 17.</p>	<p>No Anexo I do Regulamento, adequar as designações dos imóveis identificados pela entidade, em conformidade com o constante dos respetivos diplomas de classificação.</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.05	5	<p>b) Havendo diplomas antigos de classificação que no seu número não incluem o ano, a data deverá ser complementada com o ano. Estão neste caso os imóveis identificados com os números 1, 2, 3 e 11.</p>	<p>No Anexo I do Regulamento, integrar a identificação da data de classificação dos imóveis identificados pela entidade.</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados identificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.06	5	<p>c) O número do Decreto de classificação do imóvel 2 deverá ser completado (apenas consta 43 em vez de 43073).</p>	<p>Corrigir o lapso identificado relativamente à Capela de Santo Cristo, classificada como IIP pelo Decreto n.º 43 073, DG n.º 162 de 14 julho 1960.</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados identificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.07	5	<p>d) Existem imóveis que dispõem de zona especial de proteção, situação que deveria ser referenciada. No caso dos imóveis que dispõem dessa ZEP, imóveis 13, 14, 16 e 25, a mesma foi publicada no mesmo diploma da classificação. Assim, sugere-se que a seguir ao diploma se indique “(inclui ZEP)”.</p>	<p>Assegurar a identificação da ZEP nos imóveis identificados e compatibilizar a introdução desta informação complementar relativa a estes imóveis no Regulamento com as referências em outros elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.08	5	<p>e) Os últimos 4 imóveis da tabela 1.1, em vez de “Imóvel de Interesse Público”, dever-se-ia querer dizer “Monumento de Interesse Público”.</p>	<p>Corrigir o lapso identificado na tabela 1.1 do Anexo I do Regulamento e assumir o estatuto de “Monumento de Interesse Público” relativamente aos imóveis mencionados, designadamente: Palacete Jardim; Capela de São Sebastião; Igreja da Nossa Senhora da Assunção, Matriz do Paul; Fábrica de António Estrella / Júlio Afonso.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.09	5	<p>f) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 25 - Castro da Argemela, classificado como Sítio de Interesse Municipal, através do Edital n.º 701/2021 de 22/06 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão), que inclui ZEP publicada no mesmo diploma.</p>	<p>Incluir na Tabela 1.1 do Anexo I do Regulamento a referência ao imóvel “Castro da Argemela”, classificado como Sítio de Interesse Municipal, e incluir a informação relativa à respetiva legislação habilitante (Edital n.º 701/2021 de 22/06 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão) e a menção à respetiva ZEP (publicada no mesmo diploma).</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a integração da informação relativa a este imóvel classificado como Sítio de Interesse Municipal.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.10	5	<i>g) Os imóveis 23 e 24 já se encontram classificados como Monumento de Interesse Municipal, conforme Editais n.º 464/2017 e 463/2017 de 30/06, respetivamente.</i>	<p>Em razão da sua recente classificação, incluir na Tabela 1.1 (Património classificado) do Anexo I do Regulamento a referência ao imóvel “Estendouro de Lãs das Escadinhas do Castelo” e “edifício do Club União da Covilhã”, ambos classificados como Monumento de Interesse Municipal, e incluir a informação relativa à respetiva legislação habilitante (Editais n.º 464/2017 e 463/2017 de 30/06, respetivamente, publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2017.</p> <p>Suprimir a informação relativa a estes imóveis da Tabela 1.2 (Património em vias de classificação) do Anexo I do Regulamento e realizar uma revisão sistemática em torno das referências a estes imóveis nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência, de modo a assegurar a conformidade da informação com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.11	5	<i>h) O imóvel 27, Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira, em vias de classificação, aparece indicado 3 vezes na tabela 1.2, duas no campo de classificação de âmbito nacional e outra no de interesse municipal. Trata-se de uma única proposta de classificação do conjunto, conforme Anúncio n.º 241/2021, de 22/10, para Conjunto de Interesse Público.</i>	<p>Corrigir a informação constante da Tabela 1.2. do Anexo I do Regulamento, uma vez que o Anúncio n.º 241/2021 releva a pretensão de classificação do Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira como conjunto de interesse público e a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP). Será, assim, de assumir uma referência única a este elemento patrimonial em vias de classificação, considerando o seu âmbito nacional.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.12	5	<i>i) Os imóveis deveriam ser numerados e com correspondência com a sua marcação na Planta de Condicionantes e de Ordenamento.</i>	<p>Assumir no Regulamento a numeração dos imóveis, em articulação e em conformidade com a numeração estabelecida na Planta de Condicionantes - Património e com a numeração a estabelecer na Plante de Ordenamento -- Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.13	5	<p><i>2.7. No Anexo I, tabela 1.3 com a listagem do património inventariado - património arquitetónico, regista-se a identificação de diversos imóveis, com diferentes tipologias, demonstrando o interesse de salvaguardar o património cultural, elemento fundamental na identidade própria do território, conforme disposto na Lei de Bases do Património Cultural (salientando-se os artigos 3º.3, 6º.a) e c)) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (salientando-se os artigos 4º.1b), 10º.g), 17º. 2, 75º.f), 173º.b)).</i></p> <p><i>Estes imóveis deveriam ser numerados e ter correspondência com a sua marcação na Planta de Ordenamento (conforme efetuado na planta do Património Cultural constante nos Estudos de Caracterização).</i></p>	<p>Articular com ponderação relativa ao contributo anterior e assumir o estabelecimento da numeração dos imóveis constantes da tabela 1.3 (Património inventariado – Património arquitetónico) do Anexo I do Regulamento, com a correspondente numeração na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.14	11	<p>4.2. O PROF CI estabelece no Anexo I ao Regulamento nas normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização a paisagem, a norma RECR 1 que tem como um dos objetivos da gestão e intervenções florestais a “Salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico”;</p> <p>4.3. Uma vez que no PDM da Covilhã existe a categoria “Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato”, a mesma deve passar a fazer menção ao objetivo referido em 4.2., para ficar em conformidade com o PROF CI.</p>	<p>O Anexo II do Regulamento integra as Orientações e Determinações do PROF CI, estando estas sobretudo associadas aos modelos gerais de silvicultura, gestão florestal e de organização territorial e às funções dos espaços florestais estabelecidos para as diversas sub-regiões homogéneas com incidência no território da Covilhã, sendo de evidenciar que as normas de silvicultura a aplicar nestas sub-regiões homogéneas correspondem às normas das funções definidas no Anexo I do Regulamento do PROF CI, entre elas se incluindo as normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização da paisagem.</p> <p>Entende-se, nesta perspetiva que a integração do objetivo associado à “salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico” que decorre das normas do PROF-CI nas salvaguardas associadas à Albufeira da Cova do Viriato, sob pena de se desvirtuar a transposição das normas do Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato. De relevar, contudo, que a salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico estão devidamente asseguradas no capítulo do Regulamento relativo às “Áreas de Salvaguarda” (Vd. capítulo V do Título III do Regulamento).</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património cultural já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do PDM, bem como no Anexo II do Regulamento relativo ao PROF-CI.	Recomendação não acolhida
REG.15	15-16	<p>Apesar do Regulamento apresentar normas para a salvaguarda e proteção do Património arqueológico, as mesmas carecem de revisão, correção ou completamento, conforme indicado infra. Para facilitar as alterações, correções e contributos, os mesmos encontram-se a sublinhado no texto.</p> <p>Título I – Das Disposições Gerais</p> <p>7.1. Artigo 2.º - Estratégia e objetivos – em conformidade com o proposto no ponto 5.1.1. do presente parecer propõe-se a seguinte redação para a alínea a) do n.º 1:</p> <p>“Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” e do património arqueológico;</p>	<p>A redação sugerida conflitua com o anteriormente sugerido (Vd. contributo REG.01) ao assumir uma referência ao património construído. Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.01. De relevar que os âmbitos elencados são manifestamente distintos, não fazendo sentido assumir a sua agregação num objetivo único.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Substituir a expressão “património construído” por “património cultural”, de carácter mais abrangente.	Recomendação acolhida
REG.16	16	<p>Título II –Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública</p> <p>7.2. Artigo 6.º - Identificação – indicam-se os vários elementos que integram as servidões administrativas, referindo-se na alínea “f) Património edificado”; <u>abrangendo o património classificado e em vias de classificação sítios arqueológicos, talvez a designação devesse ser antes património cultural; contudo, dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre esta matéria;</u></p>	<p>No contexto em presença, o recurso à expressão “Património edificado” observa relação direta com a terminologia utilizada pela Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) na sua publicação “Servidões e Restrições de Utilidade Pública”, entendendo-se que a mesma será de manter.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.02.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Substituir a expressão “património edificado” por “património cultural”.	Recomendação acolhida
REG.17	16	<p>7.3. Artigo 7.º Regime geral – refere-se que as áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidades pública se regem pelo disposto no presente regulamento e pelo respetivo regime legal, aplicando-se sempre o mais restritivo e estão representadas na planta de condicionantes; <u>dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre esta matéria;</u></p>	<p>Os contributos formulados pela entidade serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.18	16-17	<p>7.8. Artigo 18.º Vestígios arqueológicos – refere-se o seguinte:</p> <p>“1– Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística, é dado cumprimento ao estabelecido na lei.</p> <p>(...)</p> <p>7.8.1. Propõe-se a seguinte redação alternativa para o n.º 1 deste artigo para uma maior proteção dos vestígios arqueológicos:</p> <p>“1– Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística” ou implementação de projeto de outra natureza (redes de infraestruturas, intervenções ao nível do solo e subsolo, incluindo os trabalhos de modelação de terrenos, bem como as intervenções de natureza agrícola e florestal), é obrigatória a imediata suspensão dos trabalhos no local e a sua comunicação à Câmara Municipal e à entidade da Tutela Competente;</p>	Assumir a alteração da redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade, com as devidas adaptações, de modo a assegurar a conformidade com as regras de legística.	Recomendação acolhida	-	-
REG.19	17	<p>7.11. Artigo 33.º Exploração de recursos energéticos renováveis – neste artigo no n.º 3 ao já proposto deve ser acrescentado o seguinte:</p> <p><u>Assegurar que a exploração de recursos energéticos renováveis será compatibilizada com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</u></p>	<p>Entende-se desnecessária a introdução de uma nova alínea no n.º 3 do art.º 33.º com a menção à redação sugerida pela entidade. A compatibilização com a proteção e salvaguarda do património arqueológico decorre do disposto na legislação em vigor, entendendo-se que esta salvaguarda é já assegurada no art.º 18.º (Vestígios arqueológicos) e no art.º 172.º (Património arqueológico – Identificação e regime) do Regulamento.</p> <p>Neste pressuposto, e de modo a evitar redundâncias e replicar a necessidade de assegurar esta salvaguarda em todas as categorias de solo, entende-se como desnecessária a inclusão da redação sugerida, contribuindo-se, assim, para tornar o Regulamento menos denso no seu conteúdo e reforçar a sua legibilidade, em conformidade com o sugerido pela própria CCDRC no âmbito da sua apreciação.</p>	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2	Recomendação não acolhida
REG.20	17	<p>7.12. No Artigo 34.º Exploração de recursos geológicos – neste artigo ao proposto deve ser acrescentado o seguinte:</p> <p><u>Assegurar que a exploração de recursos geológicos será compatibilizada com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</u></p>	Ver ponderação relativa ao contributo anterior.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2	Recomendação não acolhida
REG.21	17	<p>Secção III – Espaços agrícolas</p> <p>7.13. <u>Na secção relativa aos espaços agrícolas deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</u></p>	<p>Entende-se desnecessária a introdução de uma nova disposição que assegure a compatibilização dos usos e atividades admitidos nesta categoria de solos com a proteção e salvaguarda do património arqueológico.</p> <p>Esta salvaguarda é já assegurada no art.º 18.º (Vestígios arqueológicos) e no art.º 172.º (Património arqueológico – Identificação e regime) do Regulamento, pelo que, em conformidade com o sugerido pela própria CCDRC no âmbito da sua apreciação, será de evitar a introdução de normativas redundantes e/ou que contribuam para uma densificação da estrutura regulamentar e para uma diminuição da sua clareza.</p>	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.22	17	<i>Secção IV – Espaços florestais</i> <i>7.14. Na secção relativa aos espaços florestais deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico e na categoria Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato, deve ser dado cumprimento ao previsto no PROF CI para esta categoria de espaços, devendo passar a referir-se que a gestão e intervenções florestais neste espaço têm entre outros objetivos a “Salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico”.</i>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.14.	Recomendação não acolhida	De acordo com a sugestão da Entidade, incluir a referência ao “património cultural” no n.º 3 do artigo 52.º: “3 - As intervenções nos espaços florestais devem privilegiar, para além das atividades silvícolas, as ações de recuperação e valorização da paisagem, do património cultural e de promoção das atividades de turismo, recreio e lazer, tendo em vista o objetivo de reforço do uso múltiplo da floresta.”	Recomendação acolhida
REG.23	18	<i>Secção V – Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos</i> <i>7.15. Na secção relativa aos espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</i>	Articular com ponderação relativa ao contributo REG.21.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2.	Recomendação não acolhida
REG.24	18	<i>Secção VII – Espaços naturais e paisagísticos</i> <i>7.16. Na secção relativa aos espaços naturais e paisagísticos deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</i>	Articular com ponderação relativa ao contributo REG.21.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2.	Recomendação não acolhida
REG.25	18	<i>Capítulo III – Solo Urbano</i> <i>Secção I – Disposições Gerais</i> <i>7.18. Nas disposições gerais do solo urbano deverá assegurar-se que as operações urbanísticas e a instalação de redes de infraestruturas serão compatibilizadas com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</i>	A compatibilização da realização de operações urbanísticas e da instalação de redes de infraestruturas com a proteção e salvaguarda do património arqueológico encontra-se já assegurada no art.º 18.º (Vestígios arqueológicos) do Regulamento, que integra a secção relativa às Disposições Comuns ao Solo rústico e ao Solo Urbano, sendo esta salvaguarda igualmente complementada através do disposto no art.º 31.º (Utilizações e intervenções interditas) e do disposto no art.º 172.º (Património arqueológico – Identificação e regime). Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.18.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2.	Recomendação não acolhida
REG.26	18	<i>Secção II – Espaços centrais</i> <i>Subsecção I – Espaços centrais Tipo I</i> <i>7.19. Artigo 99.º Identificação – atendendo a que a cidade da Covilhã tem origem medieval e dispõe de património edificado no âmbito da arqueologia industrial deve aqui referir-se a previsibilidade da identificação de vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas, propondo-se que este articulado passe a ter a seguinte redação:</i> <i>“Os solos integrados na subcategoria de espaços centrais tipo I assumem correspondência com as áreas de génese urbana da cidade da Covilhã, e correspondem a áreas de povoamento e edificações singulares, com uma forte componente histórica” e arqueológica “tradutores do desenvolvimento inicial da sede de concelho, e que sublinham memórias culturais de grande significado na formação da sua identidade”;</i>	Assumir a alteração da redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade. Assegurar a compatibilização da identificação dos solos que integram a subcategoria de Espaços Centrais Tipo I no art.º 99.º do Regulamento com a componente descritiva associada a esta subcategoria de solos integrada na secção 8.2.1 (Solo Urbano) do Relatório do Plano.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.27	18-19	<p>7.20. Artigo 100.º Usos e atividades – aplicando-se esta categoria de espaços à cidade da Covilhã, de origem medieval e com uma zona intramuralhas que compreende o seu núcleo primitivo com ruas estreitas e edificações antigas de valor histórico e patrimonial onde é previsível que venham a ser identificados vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas o proposto no n.º 2 deve passar a ter a seguinte redação:</p> <p>“2 - As obras e intervenções a realizar nos espaços centrais tipo I devem considerar a preservação das características do local, salvaguardando a traça urbana existente, nomeadamente no que respeita a volumetria e o alinhamento dos edifícios com os seus confinantes, de modo a valorizar os elementos e os sistemas identitários”, <u>assim como salvaguardar e proteger os vestígios arqueológicos;</u></p>	A salvaguarda e proteção dos vestígios arqueológicos é já assegurada, não sendo necessário assumir aqui uma disposição que assumiria um caráter redundante.	Recomendação não acolhida	Completar a redação do n.º 2 do artigo 100.º com a redação sugerida pela Entidade, salientando a importância da salvaguarda dos vestígios arqueológicos.	Recomendação acolhida
REG.28	19	<p>Subsecção III – Espaços centrais tipo III</p> <p>7.21. Artigo 105º Identificação – atendendo à probabilidade de poderem vir a ser identificados vestígios arqueológicos nestes aglomerados antigos, o proposto para este artigo deve passar a ter a seguinte redação:</p> <p>“Os solos integrados na subcategoria de espaços centrais tipo III assumem correspondência com as áreas que revelam uma forte componente histórica e patrimonial e cuja singularidade e antiguidade releva o caráter identitário de alguns aglomerados urbanos do concelho, nos quais se pretende preservar e valorizar os traços urbanísticos e arquitetónicos de especial relevância patrimonial” <u>devendo ainda acautelar-se a salvaguarda e proteção dos vestígios arqueológicos;</u></p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.27	Recomendação não acolhida	Completar a redação da disposição do artigo 105.º com a redação sugerida pela Entidade, salientando a importância da salvaguarda dos vestígios arqueológicos.	Recomendação acolhida
REG.29	19	<p>Capítulo V – Áreas de salvaguarda</p> <p>Secção II – Áreas sujeitas ao regime de proteção da Albufeira da Cova do Viriato</p> <p>Subsecção III – Disposições especiais</p> <p>7.22. Artigo 166.º Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato – <u>para dar cumprimento ao referido no PROF CI no que se refere às normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização da paisagem (norma RECR 1) se na mesma se localizarem vestígios arqueológicos deve promover-se a salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico (conforme já referido em 7.14.);</u></p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.14.	Questão a abordar em reunião setorial	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada.	Recomendação não acolhida
REG.30	19	<p>Subsecção I – Património classificado e em vias de classificação</p> <p>7.24. Artigo 169. Identificação e regime – <u>dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre este artigo;</u></p>	Os contributos formulados pela entidade serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.	Recomendação acolhida	-	-

REG.31	19-21	<p>7.27. Artigo 172.º Património arqueológico – identificação e regime –</p> <p>(...)</p> <p>7.27.1. Para uma melhor salvaguarda e proteção do património arqueológico, propõe-se a seguinte redação alternativa para este artigo:</p> <p><u>O património arqueológico integra todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução humana, designadamente depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em solo rústico ou urbano, no subsolo ou em meio submerso;</u></p> <p><u>Os sítios arqueológicos dispõem de uma área de salvaguarda de 50m medidos a partir do seu ponto central, quando outra não for estabelecida, com base em trabalhos arqueológicos ou informação científica disponível;</u></p> <p><u>No Anexo I – Património Cultural estão listados na Tabela 1.4. Património inventariado – Património Arqueológico os elementos do património arqueológico conhecidos no concelho da Covilhã, encontrando-se os sítios arqueológicos e as respetivas áreas de salvaguarda representados na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural;</u></p> <p><u>Sempre que a realização de intervenções arqueológicas e novos achados determinem a reformulação ou o estabelecimento de novos sítios arqueológicos ou áreas de salvaguarda, procede-se à atualização da Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural e à sua publicação em acordo com os procedimentos inerentes à alteração do PDM da Covilhã;</u></p> <p><i>“Nos sítios arqueológicos” e nas respetivas áreas “de salvaguarda, todos os trabalhos ou atividades que envolvam transformação, revolvimentos ou remoção de terreno do solo e subsolo, bem como demolições de construções, ou outros que envolvam a transformação da topografia ou da paisagem implicam obrigatoriamente a realização de trabalhos arqueológicos, cuja tipologia depende do parecer prévio das entidades competentes.”</i></p> <p><i>“Se no decurso de uma obra ou outra atividade, não sujeita, previamente, ao cumprimento do disposto nos números (X) e (X) do presente artigo, forem encontrados quaisquer vestígios arqueológicos é obrigatória a sua comunicação imediata à Câmara Municipal da Covilhã e às entidades de tutela competentes.</i></p> <p><i>“Nos casos previstos no número anterior, a obra ou atividade em causa deverá ser imediatamente suspensa, de acordo com o disposto na legislação em vigor.</i></p> <p><i>“O tempo de duração efetiva de suspensão implica uma suspensão automática para todos os efeitos, independentemente das demais providências previstas na lei”.</i></p> <p><i>“Todas as intervenções que impliquem picagem de reboco com exposição do aparelho construtivo ou revolvimento de solos no interior ou na envolvente de capelas e igrejas construídas até ao final do século XIX ficam</i></p>	<p>Assumir a alteração do disposto nos n.º 1 a 4 do artigo 172.º do Regulamento, retendo em consideração a redação sugerida pela entidade. A alteração das normativas contantes deste artigo, em conformidade com o sugerido, pressupõe a renumeração das disposições relativas aos n.º 5 a 8, cuja redação se mantém inalterada.</p> <p>Não parece proporcional prever a alteração da Planta de Ordenamento do PDM para incluir a descoberta de novos sítios arqueológicos, no património arqueológico inventariado. Seria admissível a Alteração por Adaptação do PDM para atualização de SRUP associadas a novos elementos patrimoniais classificados, mas não para o novo património inventariado.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Concordância da Entidade e CMC com a alteração da redação do artigo 172º.</p> <p>Sobre a área de salvaguarda dos sítios arqueológicos a representar na Planta de Ordenamento, acrescentou a Entidade que o buffer dos 50 m poderia ser adotado apenas no Solo Rústico, mantendo-se a representação pontual no Solo Urbano. Reconhecendo a virtualidade de tal opção, a CMC considera que o levantamento existente do património arqueológico não dá garantias de uma rigorosa representação das áreas de salvaguarda do património arqueológico. Por essa razão, manter-se-á a representação pontual.</p> <p>Tendo a CMC assumido o compromisso (inscrito no Programa de Execução do Plano) de proceder à elaboração de um novo levantamento do património arqueológico, deverá ser ponderada, em sede de procedimento de dinâmica do Plano para atualização do património arqueológico, a revisão desta norma, de acordo com a sugestão da Entidade.</p> <p>A CMC concorda com a sugestão da Entidade de se prever em Regulamento uma norma que garanta que se procederá a “atualização da Planta de Ordenamento” sempre que sejam encontrados novos achados ou vestígios arqueológicos (o que é expetável com a realização de novo levantamento arqueológico e consequente elaboração de nova Carta Arqueológica).</p> <p>Concomitantemente, a CMC, no seguimento dos estudos que pretende desenvolver em momento posterior à aprovação do Plano, para atualização da lista do património arqueológico, compromete-se a estabelecer, em regulamento municipal, regras aplicáveis ao controlo prévio das operações urbanísticas que “obriguem” à ponderação da lista do património arqueológico na sua versão mais atualizada.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
--------	-------	--	--	------------------------------------	--	------------------------------------

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
		condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos de acordo com o parecer prévio das entidades competentes. “				
REG.32	21	<p><i>Título IV – Programação e execução do plano</i></p> <p><u>7.28. Na programação e execução do plano deve ficar assegurada a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredo de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas non aedificandi, atendendo a que é uma das recomendações do Relatório Ambiental (cf. ponto 10.10.2. do presente parecer) e que o inventário de sítios arqueológicos referidos no Anexo I do Regulamento não tem por base trabalhos sistemáticos de levantamento do património arqueológico do concelho;</u></p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo PEPF.02.	Questão a abordar em reunião setorial	<p>O Município esclareceu que estão a ser elaboradas fichas de caracterização do património, mas não incluem o património arqueológico, reconhecendo que o curto prazo para a conclusão e aprovação do Plano inviabiliza a realização, em tempo útil, destes trabalhos.</p> <p>Neste cenário, a Entidade aceita a realização destes trabalhos em momento subsequente à aprovação do Plano, tendo sido acordada a inclusão de uma ação no PEPF do Plano (contributo PEPF.02) que contempla o levantamento do património arqueológico no concelho da Covilhã.</p>	Recomendação acolhida
REG.33	21	<p><i>7.29. Relativamente ao “Anexo I – Património Cultural” a “Tabela 1.4 Património Não classificado – Património arqueológico” contém a listagem dos sítios arqueológicos do concelho da Covilhã, indicando a designação, o tipo e a respetiva freguesia; contudo, os seguintes aspetos carecem de revisão, retificação ou complementação:</i></p> <p><u>7.29.1. A listagem apresentada difere daquela que constava nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” que se encontrava mais completa, devendo, portanto, ser adotada esta última, que carece de atualização com os sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer, conforme já referido nos pontos 5.3.1. e 5.10.3. do presente parecer;</u></p>	<p>Atualizar a listagem dos sítios arqueológicos constantes da tabela 1.4 do Anexo I do Regulamento em conformidade com a informação constante do Portal do Arqueólogo e com a atualização da correspondente informação nos Estudos de Caracterização, tendo em consideração a informação disponibilizada pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Articula-se com a ponderação relativa aos contributos ORD.04 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.34	21	<p><u>7.29.2. Mesmo que algum dos sítios referidos nos “Estudos de Caraterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” tenha já sido destruído ou apenas seja referido em bibliografia antiga sem informação que permita a sua localização, julga-se que os mesmos devem ser referidos na listagem do Anexo I com a indicação de que não serão representados na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural por não se saber a sua localização exata;</u></p>	<p>Esclarecer o alcance deste contributo da entidade.</p> <p>Sem incidência espacial, não é clara a conveniência da identificação destes sítios na listagem do Anexo I do Regulamento.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	<p>A CMC não acolhe a sugestão da Entidade de elencar, no Regulamento, elementos do património arquitetónico ou arqueológico que não tenham localização conhecida. Tal opção poderia levantar problemas em sede de controlo prévio das operações urbanísticas e redundaria numa incongruência entre Regulamento e Planta de Ordenamento que é, no mínimo, indesejável.</p> <p>De qualquer forma, atendendo ao já referido no comentário ao contributo REG.32, considera-se que este problema (de falta de localização rigorosa de alguns elementos do património) será resolvido a breve prazo com a elaboração dos estudos/levantamentos para atualização da carta arqueológica.</p> <p>A Entidade referiu que tem verificado que é possível identificar, em sede de trabalho de campo, os pontos de sítios arqueológicos, pelo que, nesta fase de desenvolvimento da proposta de Plano, ainda que não seja possível assegurar a sua representação em planta, devem ser listados no RPDM com uma nota a referir que carecem de confirmação, sendo objeto de futuros trabalhos de prospeção arqueológica, a realizar por uma equipa de arqueólogos, de modo a confirmar a sua existência ou destruição.</p>	Recomendação não acolhida
REG.35	21	<p><u>7.29.3. Para que esta listagem possa ter mais utilidade, a cada um dos sítios referidos deverá ser atribuído um número de inventário que permita a sua identificação na “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural”, assim como a indicação do respetivo Código Nacional de Sítio (CNS) atribuído;</u></p>	<p>Atribuir uma numeração que identifique a generalidade dos elementos patrimoniais que integram ao Anexo I do Regulamento do Plano e assegure a respetiva correspondência com a informação constante da Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p> <p>A informação relativa aos sítios integrará, complementarmente, a informação relativa à indicação do respetivo Código Nacional de Sítio (CNS) atribuído.</p>	Recomendação acolhida	-	-
PLANTA DE CONDICIONANTES - PATRIMÓNIO						
CON.01	5-6	<p><u>2.8. Relativamente à forma de representação, e para uma melhor leitura e perceção das servidões administrativas na área do património, considera-se que:</u></p> <p><u>a) Tendo presente a possibilidade de visualização ampliada da planta, os imóveis deverão ser representados através da marcação dos seus reais limites, com trama ou cor, não se devendo sobrepor o quadrado com a indicação da classificação, que deverá ser removido, mantendo-se apenas a numeração.</u></p>	<p>Assegurar, sempre que possível, a representação dos imóveis através dos seus limites reais e manter apenas a sua numeração e articular o grafismo / cor adotado em função dos diferentes graus de classificação.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo CON.02</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
CON.02	6	<i>b) A indicação da classificação deverá ser dada através da trama ou cor, que deverá ser diferenciada conforme o grau de classificação dos imóveis, nomeadamente entre os bens de interesse nacional, de interesse publico, de interesse municipal e os em vias de classificação.</i>	Assumir a representação da classificação dos imóveis representados na Planta de Condicionantes- Património com grafismo/cor diferenciados, em função dos diferentes graus de classificação, de modo a reforçar a leitura da informação representada. O grafismo/cor adotados para a assegurar a representação dos imóveis em planta observarão correspondência com o assumido na legenda deste elemento desenhado.	Recomendação acolhida	-	-
CON.03	6	<i>c) Não deveria haver repetição de números, devendo os mesmos ter correspondência com a listagem constante no Anexo do Regulamento.</i>	Assumir na Planta de Condicionantes – Património a numeração dos imóveis, em articulação e em conformidade com a numeração estabelecida anexo do Regulamento Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.12.	Recomendação acolhida	-	-
CON.04	6	<i>2.9. Nesta Planta, na legenda, as designações dos imóveis estão completas (ao contrário das no Regulamento, ver 2.6.a)), mas encontra-se em falta o imóvel com o nº 29, em vias de classificação, com Aviso nº 2127/2024 de 26 de janeiro.</i> <i>Se possível, em frente às designações deveria constar o diploma de classificação.</i>	Na legenda da Planta de Condicionantes – Património, assumir a identificação do imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024). Integrar, sempre que possível, o diploma de classificação, em conformidade com o no Anexo constante do Anexo I do Regulamento. Articular com contributo CON.07	Recomendação acolhida	-	-
CON.05	6	<i>2.10. Analisados os elementos enviados de informação geográfica (shapefiles), verifica-se o seguinte:</i> <i>a) Existem discrepâncias na delimitação dos imóveis nº 17 e 18 com o publicado no diploma legal e no Atlas do Património Classificado.</i>	Assegurar a correção dos elementos de informação geográfica (shapefiles) relativos à delimitação dos imóveis referenciado pela entidade como n.º 17 (Conjunto arquitetónico composto pelo edifício do Teatro-Cine da Covilhã, pelo edifício da Câmara Municipal da Covilhã, pelo edifício dos CTT e pelo edifício da Caixa Geral de Depósitos - Portaria n.º 448/2014, DR, 2.ª série, n.º 113, de 16/06/2014) e como n.º 18 (Casa das Morgadas - Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26/02/1982), de modo a assegurar a conformidade com a delimitação que se encontra publicada no diploma legal e no Atlas do Património Classificado.	Recomendação acolhida	-	-
CON.06	6	<i>b) O imóvel com o nº 26 encontra descrito como estando classificado como “Valor Concelhio”, designação que foi convertida para “Interesse Municipal”, nos termos do n.º 2 do art.º 112.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.</i>	Na legenda da Planta de Condicionantes – Património, adequar a referência ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 26 (Casa dos Castelo Branco - Em Vias de Classificação (Homologado como Interesse Municipal)), tendo em consideração a sua designação como sendo um imóvel de interesse municipal.	Recomendação acolhida	-	-
CON.07	6	<i>c) Encontra-se em falta o imóvel com o nº 29, em vias de classificação.</i>	Na Planta de Condicionantes – Património, assumir a identificação do imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024). Articular com contributo CON.04	Recomendação acolhida	-	-
CON.08	6	<i>d) A Zona de Proteção é um buffer de 50m contados a partir dos limites exteriores do imóvel, devendo-se assim excluir a área dos imóveis das ZPs. Dever-se-á proceder da mesma forma na delimitação das ZEPs.</i>	Corrigir os elementos de informação geográfica (shapefiles) enviados relativos à Planta de Condicionantes – Património, de modo a salvaguardar a definição de um buffer de 50 contados a partir dos limites exteriores do imóvel. Articular com os contributos REG.30 e ORD.05.	Recomendação acolhida	-	-
CON.09	21	<i>8.1. A Planta de Condicionantes Património tem representados os imóveis classificados e em vias de classificação e as respetivas áreas de proteção; dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo o parecer sobre esta matéria.</i>	Os contributos formulados pela entidade relativos a esta matéria serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PLANTA DE ORDENAMENTO - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL						
ORD.01	6	2.11. <i>Tratando-se de uma planta relativa ao Património, todos os imóveis classificados e em vias de classificação deverão estar igualmente representados.</i>	Assumir na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural a representação integral dos elementos que integram o património arquitetónico e arqueológico, inclusive os elementos patrimoniais classificados e em vias de classificação igualmente representados na Planta de Condicionantes - Património.	Questão a abordar em reunião setorial	Representar, nesta planta, o património classificado e em vias de classificação, distinguindo-o claramente, na legenda, do património inventariado.	Recomendação acolhida
ORD.02	6	2.12. <i>Cada imóvel deveria ser numerado, podendo a sua listagem em legenda ser remetida para uma nova folha, e com correspondência ao Anexo I do Regulamento.</i>	Ponderar a numeração dos imóveis na Planta de Ordenamento - Ordenamento -- Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural, em correspondência com a numeração do património integrado no Anexo I do Regulamento do Plano. Não é perceptível a necessidade de remissão da listagem dos imóveis constante da legenda da PO para uma nova folha. Articula-se com a ponderação relativa aos contributos REG. 12, REG.13 e CON.03.	Questão a abordar em reunião setorial	Numerar os elementos representados, assegurando a devida articulação com a listagem constante do Anexo I do RPDM.	Recomendação acolhida
ORD.03	21	9.1. <i>A designada “Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural” embora tenha sinalizado com círculos os sítios arqueológicos do concelho da Covilhã, os mesmos não estão devidamente numerados, pelo que é impossível saber a que correspondem, situação que deve ser corrigida com a atribuição de um número de inventário, o qual deve constar da respetiva legenda com indicação da respetiva designação e CNS atribuído, conforme já referido no ponto 7.29.3. do presente parecer;</i>	Articular com ponderação relativa ao contributo REG.34.	Recomendação acolhida	-	-
ORD.04	22	9.2. <i>Se os sítios sinalizados na “Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural” corresponderem aos que constam da “Tabela 1.4 Património Não classificado – Património arqueológico” que se encontra em anexo ao Regulamento, a mesma encontra-se incompleta, conforme referido nos pontos 7.29.1., 7.29.2. e 7.29.3. do presente parecer, devendo ser complementada em conformidade;</i>	Complementar a informação relativa ao património arqueológico que integra a tabela 1.4 do Anexo I do Regulamento e assegurar a respetiva conformidade com a informação a integrar na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.	Questão a abordar em reunião setorial	Completar a tabela 1.4 do Anexo I do RPDM com os elementos em falta, assegurando a respetiva representação na PO.	Recomendação acolhida
ORD.05	22	9.3. <i>A cada um dos sítios arqueológicos sinalizados na “Planta de Ordenamento – Património arquitetónico, arqueológico e natural” deve ser atribuída uma área de salvaguarda de forma a dar cumprimento ao referido na alínea n) do n.º 1 do Artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, a qual se não foi determinada uma área superior, equivalerá a um buffer de 50m em torno do ponto central de cada sítio, a qual deverá ser delimitada na referida planta de ordenamento.</i>	Esclarecer este contributo com a entidade, tendo em consideração o posicionamento da CCDRC em matéria de regulamentação do património inventariado. Articular com os contributos REG.31 e CON.08 e com o contributo rEG.63 da CCDRC.	Questão a abordar em reunião setorial	A CMC referiu que a adoção de um “buffer” de 50 m em torno do ponto correspondente a cada sítio arqueológico implicará uma tramitação mais problemática nos processos de licenciamento de obras, sendo que a realização futura de levantamento arqueológico permitirá a delimitação destes polígonos com maior rigor. Ver ponderação relativa ao contributo REG.31.	Recomendação não acolhida

RELATÓRIO DO PLANO						
REL.01	6	2.13. <i>Nas tabelas com o património classificado e em vias de classificação constantes no ponto 2.2.2.2. (pág. 55) verifica-se: a) Os números do Anúncio e dos Editais dos imóveis nºs 23, 24 e 27 deverão ser retificados.</i>	Corrigir nas tabelas relativas ao património classificado e em vias de classificação, constantes da secção 2.2.2.2 do Relatório, as referências aos números do anúncio e dos editais em conformidade com o identificado pela entidade com o n.º 23 (Edifício do Club União da Covilhã - Edital n.º 464/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30/06/2017), n.º 24 (Estendadoiro de Lãs das Escadinhas do Castelo - Edital n.º 463/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30/06/2017) e n.º 27 (Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira - Em Vias de Classificação - Anúncio n.º 241/2021, DR, 2.ª série, n.º 206, de 22/10/2021).	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.02	6	b) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 25.	Integrar nas tabelas relativas ao património classificado e em vias de classificação, constantes da secção 2.2.2.2 do Relatório, a informação relativa ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 25 (Castro da Argemela - Edital n.º 701/2021, DR, 2.ª série, n.º 119, de 22/06/2021 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão) - ZEP publicada no Edital n.º 701/2021, DR, 2.ª série, n.º 119, de 22/06/2021).	Recomendação acolhida	-	-
REL.03	6	2.14. Na tabela 41 com os imóveis classificados e em vias de classificação constante no ponto 6.2.1. (pág. 243), verifica-se: a) No imóvel nº 13, dispondo de ZEP, a indicação de “50m” deverá ser removida.	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, remover a indicação de “50 m”, uma vez que o imóvel referenciado pela entidade como n.º 13 (Capela de São Sebastião) já dispõe de ZEP.	Recomendação acolhida	-	-
REL.04	6	b) O imóvel nº 25 dispõe de uma ZEP. A classificação é conjunta com o município do Fundão (não “Função”).	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, assegurar a correção do lapso de escrita identificado pela entidade e assumir a referência ao Município do Fundão. Complementarmente, e uma vez que a DGPC foi extinta a 31.21.2023, suprimir a referência a esta entidade na fonte: da tabela e assumir, em sua substituição, a referência à entidade Património Cultural, I.P.	Recomendação acolhida	-	-
REL.05	6	c) O número do Anúncio do imóvel nº 27 deverá ser retificado.	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, corrigir o número relativo ao Anúncio do imóvel identificado pela entidade com o n.º 27 Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira - Em Vias de Classificação - Anúncio n.º 241/2021, DR, 2.ª série, n.º 206, de 22/10/2021).	Recomendação acolhida	-	-
REL.06	7	d) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 29.	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, integrar a informação relativa ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024)	Recomendação acolhida	-	-
REL.07	7	2.15. Na tabela 63 com os imóveis classificados e em vias de classificação, constante no ponto 10.3. (pág. 351), aplica-se o referido no ponto anterior.	Na Tabela 63 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, integrar a informação relativa ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024), designadamente na categoria dos Bens imóveis em Vias de Classificação.	Recomendação acolhida	-	-
REL.08	7	2.16. Na tabela 64 com o património arquitetónico inventariado no concelho (refere “Gouveia” mas julga-se ser um lapso e corresponder efetivamente à Covilhã), é apenas indicado o número de imóveis por tipologia. Estando os mesmos indicados nos Estudos de Caracterização considera-se não haver inconvenientes.	Corrigir o lapso identificado pela entidade na designação da Tabela 64 (Património arquitetónico inventariado no concelho de Gouveia (valores globais)). Efetivamente, deverá ser assumida a menção ao concelho da Covilhã e não ao concelho de Gouveia.	Recomendação acolhida	-	-
REL.09	10	3.1. A proposta preliminar do Plano refere na Proposta Preliminar do Relatório o património cultural, embora não identifique os elementos que constituem o património arqueológico, o qual apenas aparece listado em Anexo ao Regulamento, mas carece de atualização; o património arqueológico está sinalizado nas Plantas de Condicionantes ou de Ordenamento (consoante se constitui ou não como servidão administrativa, embora com erros de localização) e em sede de Regulamento são propostas medidas para a sua proteção e salvaguarda que carecem de revisão;	Detalhar a informação relativa aos elementos do património arqueológico, na secção 10.3 (Património arquitetónico, arqueológico e natural) do capítulo 10 (Áreas de salvaguarda) do Relatório do Plano, assegurando a conformidade com a informação constante da Tabela 1.4 (Património não classificado – Património arqueológico) do Anexo I do Regulamento e o que se encontra representado na Planta de Ordenamento. Assegurar a revisão das medidas de salvaguarda e proteção estabelecidas para o património arqueológico, em articulação com os contributos integrados no parecer técnico de Arqueologia assumido pela entidade.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.10	11	<p>5.1.1. No OE 1 deveria também ser incluído o património arqueológico, visto ser este um dos recursos territoriais que de acordo com o referido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 4.º, alínea g) do Artigo 10.º e Artigo 17.º do DL n.º 80/201 de 14 de maio deve ser considerado nos IGT, até porque o mesmo tem expressividade no concelho da Covilhã, sugerindo-se a seguinte redação alternativa:</p> <p>“OE1 — Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” e do património arqueológico;</p>	<p>Os objetivos estratégicos assumidos para a revisão do PDM da Covilhã estão alinhados com as recomendações decorrentes do Relatório do Estado do Ordenamento do Território aprovado pela Assembleia Municipal em novembro de 2019, estado os mesmos enquadrados nos Termos de Referência do Plano.</p> <p>De relevar que a redação proposta conflitua com o anteriormente sugerido (Vd. contributo REG.01) ao assumir uma referência ao património construído, pelo que se entende que observa melhor enquadramento com o sugerido a adequação deste objetivo estratégico com o assumido no âmbito da ponderação relativa ao contributo REG.01, assumindo a compatibilização do OE.1 referido no Relatório do Plano com o assumido na alínea a) do art.º 2.º (Objetivos estratégicos) do Regulamento do Plano.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	No subcapítulo 5.1 do Relatório, alterar, no OE1, a expressão “património construído” por “património cultural”, em articulação com a redação do artigo 2.º do RPDM, relativo aos objetivos estratégicos.	Recomendação acolhida
REL.11	11-12	<p>5.2. No ponto “2. Diagnóstico territorial” refere-se no ponto “2.2.2. Sistema patrimonial” que o “Património histórico, arqueológico e arquitetónico constitui uma herança do passado que merece ser preservada e transmitida às futuras gerações. A sua preservação deve fazer parte da estratégia e desenvolvimento do território que a “personalidade” ímpar do concelho da Covilhã não se perca” (p. 55), apresentando-se várias tabelas com as listagens dos elementos que se encontram classificados e em vias de classificação e a indicação dos respetivos diplomas legais de classificação dos mesmos, designadamente: “Tabela 5. Património arquitetónico religioso classificado e em vias de classificação”; “Tabela 6. Património arquitetónico civil classificado e em vias de classificação”; “Tabela 7. Património arquitetónico militar classificado”; “Tabela 8. Património arqueológico classificado”;</p> <p>5.3. Contudo, relativamente ao património arqueológico não classificado não é disponibilizada qualquer informação sobre o mesmo, situação que carece de correção, uma vez que o património arqueológico é um dos recursos que ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Artigo 4º, Artigo 10.º e Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e do n.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 197/2001 de 8 de setembro tem de ser caracterizado, identificado e objeto de medidas de proteção e salvaguarda em sede de Instrumentos de Gestão Territorial, e nomeadamente nos PDM;</p> <p>5.3.1. De forma a suprir a lacuna referida em 5.3. tal como se efetuou para o património cultural classificado e em vias de classificação deve passar a constar deste ponto uma tabela com a listagem dos sítios arqueológicos não classificados do concelho da Covilhã de onde conste entre outros, o n.º de inventário, o respetivo Código Nacional de Sítio (CNS), a designação, a tipologia, a cronologia e a localização, devendo ser utilizada a tabela disponibilizada nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” atualizada com os dados que constam da Tabela 1 do presente parecer;</p> <p>5.3.2. Deve ainda referir-se que o inventário de sítios arqueológicos disponibilizado não resulta de um trabalho sistemático de identificação de sítios arqueológicos e desta forma poderá não traduzir com rigor, aquela que é a riqueza arqueológica do concelho da Covilhã;</p>	<p>A informação relativa aos elementos patrimoniais, designadamente a sua identificação e caracterização encontra-se já vertida nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã”, que serão objeto de uma revisão sistemática, de modo a integrar algumas lacunas de informação identificadas pela entidade.</p> <p>Não obstante, a informação relativa ao património integrada no Relatório do Plano será complementada com a identificação da informação relativa aos sítios arqueológicos, atualizada de acordo a informação constante do Portal do Arqueólogo e com a atualização e com a informação disponibilizada pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Será igualmente de assumir a evidência que a informação relativa aos sítios arqueológicos não se apresenta como resultado de um trabalho sistemático de prospeção arqueológica do território pelo que não é um retrato fiel da riqueza arqueológica do concelho da Covilhã.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.23.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.12	12	<p>5.4. No ponto “2.3. Matriz SWOT” para o património cultural apresenta-se a seguinte análise:</p> <p>“Forças” “Património natural e construído de valor excecional (Rio Zêzere, Património Mundial UNESCO, Rede Natura 2000, PNSE e alguns núcleos com notoriedade histórica, cultural, arquitetónica e paisagística)” “Património arquitetónico e arqueológico de referência regional”</p> <p>“Ameaças” “Pressão turística em áreas de valor patrimonial (natural e construído) e em zonas que ainda preservam características naturais” “Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar” (p.115)</p> <p>5.4.1. Para além das questões referidas em 5.4. julga-se que poderiam ainda ser incluídos os seguintes elementos:</p> <p>Como fraquezas: - Ausência de um levantamento sistemático do património arqueológico</p> <p>Como Oportunidades: - A possibilidade de serem integrados no Regulamento disposições normativas para a proteção, estudo, salvaguarda e valorização do património cultural em geral e do arqueológico em particular</p> <p>Como Ameaças: - Risco de destruição de património arqueológico em consequência de trabalhos com impacto ao nível do solo e subsolo por desconhecimento da sua existência;</p>	A matriz SWOT será ajustada de acordo com os contributos.	Recomendação acolhida	-	-
REL.13	13	<p>5.7. No ponto “3.2.4. Sistema ambiental e patrimonial” indica-se que este sistema é constituído por áreas com interesse ambiental, ecológico e patrimonial, referindo-se que a nível patrimonial se destaca o património histórico, arqueológico e arquitetónico listado no capítulo 2, o qual constitui uma herança do passado que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras, mencionando-se ainda a existência de outro património inventariado que não se encontra classificado, destacando-se o “património arquitetónico industrial” existente nos vales da Ribeira da Goldra e da Ribeira da Carpinteira, apresentando-se na “Figura 50. Estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial” a estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial apenas com a sinalização do património arqueológico e arquitetónico classificado;</p> <p>5.7.1. Uma vez que se remetem os elementos do património arqueológico para o ponto 2. É fundamental proceder à inclusão da listagem dos elementos do património arqueológico naquele ponto, conforme referido em 5.3. e 5.3.1. de forma a que possam ser devidamente considerados no modelo territorial;</p>	<p>Integrar na secção 2.2.2 (Sistema Patrimonial) do Relatório da informação sugerida pela entidade, em complementaridade da informação representada na figura 50 (a complementar com os elementos do património arqueológico não classificado, em conformidade com o sugerido no âmbito do contributo REL.15).</p> <p>De evidenciar que esta informação se apresenta já integrada nos Estudos de Caracterização e no Anexo I (Património cultural) do Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.14	13	<p>5.7.2. Deverá rever-se a menção a “património arquitetónico industrial” uma vez que a disciplina que estuda os vestígios de antigas atividades industriais (têxtil, vidreira, cerâmica, metalúrgica ou de fundição, química, papelreira, alimentar, extrativa - as minas, para além da obra pública, dos transportes, das infraestruturas comerciais e portuárias, das habitações operárias, etc.) designa-se por arqueologia industrial, devendo talvez adotar-se antes esta designação para os vários elementos do património industrial identificados no concelho da Covilhã;</p>	Rever da menção ao “património arquitetónico industrial” e assumir, em seu lugar, a designação de “arqueologia industrial”, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.15	13	5.7.3. Na Figura 50 para além dos elementos do património classificado e em vias de classificação tem de estar representados os elementos do património arqueológico não classificado conforme referido na alínea n) do n.º 1 do Artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 85/2015 de 14 de maio, uma vez que só desta forma pode ser devidamente salvaguardado e protegido;	<p>Integrar a representação da informação relativa aos elementos do património arqueológico não classificado na Figura 50 (Estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial) do Relatório do Plano e assegurar a conformidade com a informação constante da Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p> <p>De relevar que os elementos do património arqueológico não classificado estão devidamente identificados na tabela 1.4 (Património não classificado – Património arqueológico) do Anexo I (Património cultural) do Regulamento do Plano, sendo já assegurada a sua salvaguarda, designadamente através do disposto no artigo 18.º (Vestígios arqueológicos) e no artigo 172.º (Património arqueológico - Identificação e regime), dispondo este último artigo sobre os elementos do património arqueológico não classificado.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.16	13	5.7.4. Atendendo à relevância assumida dos elementos patrimoniais no desenvolvimento do concelho (cf. ponto 5.6.1. do presente parecer) e à existência de elementos do património arqueológico um pouco por todo o concelho, que estes recursos são frágeis, finitos e não renováveis, neste ponto deveria assumir-se que o sistema patrimonial será devidamente considerado, protegido e salvaguardado no âmbito do modelo de gestão territorial;	<p>Integrar na secção 3.2.4 (Sistema Ambiental e Patrimonial) do Relatório uma breve referência à presença de elementos do património arqueológico um pouco por todo território concelho, conforme ilustrado na Figura 50 (Estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial) e assumir a importância da sua proteção e salvaguarda.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.15.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.17	13	5.8. No ponto “6. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública” indicam-se as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública existentes na Covilhã, sendo o ponto 6.2. relativo ao património cultural, onde se discorre sobre o regime de classificação de bens culturais, cita-se a legislação aplicável, as graduações de classificação existentes, a legislação aplicável e apresentam-se as listagens dos bens culturais que se encontram classificados ou em vias de classificação; considerando que o presente parecer dispõe de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre este ponto;	<p>Os contributos formulados pela entidade serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.18	13-14	5.9. No ponto “8. Proposta Preliminar de Ordenamento” referem-se as categorias criadas para o solo urbano e para o solo rústico, relevando-se no solo urbano a categoria “Espaços centrais tipo I” que corresponde à zona antiga consolidada da Covilhã; seria importante referir que sendo este o núcleo urbano antigo da Covilhã, de origem de medieval, é provável a identificação de vestígios arqueológicos desta cronologia ou de época moderna, pelo que há que tomar medidas para a sua salvaguarda no âmbito do licenciamento de projetos urbanísticos ou redes de infraestruturas;	<p>Rever a definição dos Espaços Centrais Tipo I e assumir uma referência à sua origem medieval e à provável identificação de vestígios arqueológicos.</p> <p>As medidas de salvaguarda dos vestígios arqueológicos no âmbito do licenciamento de projetos urbanísticos ou redes de infraestruturas se apresentam já integradas no Regulamento do Plano, designadamente no artigo 18.º (Vestígios arqueológicos) e no artigo 31.º (Utilizações e intervenções interditas), que dispõe sobre a interdição das mobilizações do solo que resultem na destruição de vestígios arqueológicos, não devendo, no âmbito da regulamentação das categorias de solo, ser integradas as disposições relativas à salvaguarda do património.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.19	14	5.9.1. No solo rústico existe a categoria Espaços culturais, contudo, o mesmo apenas parece englobar áreas com equipamentos culturais, praias fluviais e zonas de lazer, não sendo aplicado a áreas com património arqueológico;	<p>A qualificação do solo é assumida com base nos critérios de classificação e qualificação estabelecidos pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, decorrendo do n.º 3 do art.º 12.º deste diploma que o aproveitamento do solo é estabelecido em função do seu uso dominante, o que se verifica, constituindo a observação do uso dominante o critério base que determinou a qualificação do solo rústico e do solo urbano e orientou a definição do modelo territorial proposto.</p> <p>O critério do uso dominante é complementado, entre outros, com a consideração da expressão territorial associada a determinado usos específicos, entre os quais se incluem eventuais áreas associadas a ocorrências de cariz patrimonial (ou outras utilizações), cuja reduzida expressão não justifica a delimitação de uma categoria específica, mas sim a sua coexistência ou complementaridade com os usos dominantes em presença.</p> <p>Independentemente de a categoria de Espaços Culturais assumir uma expressão territorial que não inclua áreas de reduzida dimensão associadas a património arqueológico, a salvaguarda destes elementos é já acautelada no Regulamento do Plano (Vd. art.º 18.º - Vestígios arqueológicos), cujas disposições salvaguardam que “Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística, é dado cumprimento ao estabelecido na lei” (Vd. n.º 1 do art.º 18.º).</p>	N.A.	<p>Corrigir a redação do n.º 2 do artigo 75.º, nos seguintes termos:</p> <p>“2 – Nos espaços culturais são admitidos equipamentos, infraestrutura e edifícios de apoio aos usos dominantes, desde que <u>não</u> comprometam os valores culturais a proteger, conservar e valorizar.”</p>	Recomendação acolhida
REL.20	14	5.10. O capítulo 10. é sobre as áreas de salvaguarda, abordando-se no ponto “10.3. Património arquitetónico, arqueológico e natural” as questões relativas ao património cultural, referindo-se a legislação aplicável ao património cultural, a existência de 28 imóveis classificados e em vias de classificação (apresentando-se a sua listagem e o respetivo diploma de classificação), de 401 imóveis de diversas tipologias que não estão classificados mas apresentam interesse arquitetónico (não se apresentando contudo a respetiva listagem) e 140 sítios arqueológicos com cronologias entre a pré-história e a época medieval;	<p>Atualizar a informação integrada na secção 10.3 (Património arquitetónico, arqueológico e natural) do Relatório do Plano, de modo a incluir a informação relativa aos elementos patrimoniais não classificados, considerando, para o efeito a atualização da informação sugerida pela entidade no âmbito e outros contributos e a necessidade de assegurar a conformidade dos elementos patrimoniais sujeitos a salvaguarda, como tal identificados no Anexo I (Património Cultural) do Regulamento do Plano.</p> <p>Articular com ponderação relativa aos contributos REG.32, REL.23 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.21	14	5.10.1. Relativamente aos bens classificados e em vias de classificação devem ser seguidas as orientações do parecer de salvaguarda do património arquitetónico;	Os contributos formulados pela entidade relativos aos bens classificados e em vias de classificação serão devidamente ponderados e incluídos nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.	Recomendação acolhida	-	-
REL.22	14	5.10.2. Sobre os imóveis não classificados, mas com interesse arquitetónico deverá ser apresentada a respetiva listagem indicando-se em que arruamentos se localizam, breve descrição dos mesmos e se possível a data/século de construção;	A informação solicitada será acautelada nas fichas de caracterização dos bens culturais.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.23	14	<p>5.10.3. Sobre os sítios arqueológicos, dar nota que embora nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022) se tenha referido a existência de 193 sítios arqueológicos, no “Relatório. Proposta Preliminar” apenas são referidos 140, devendo ser esclarecido o porquê desta discrepância? Conforme já referido em 5.3.1. deverá ser apresentada a respetiva listagem dos sítios arqueológicos da Covilhã, a qual carece de atualização uma vez que da consulta ao Portal do Arqueólogo estão na presente data inventariados 197 elementos do património arqueológico, estando em falta os sítios arqueológicos que constam da Tabela 1;</p> <p>5.10.4. Mais se deve referir que esta listagem de sítios arqueológicos não resulta de um trabalho sistemático de prospeção arqueológica do território pelo que não é um retrato fiel nem expressa aquela que será a realidade das antigas ocupações humanas da Covilhã que estará subavaliada devido à falta de trabalhos arqueológicos com o intuito de efetuar o levantamento arqueológico do concelho;</p>	<p>Será atualizada a informação relativa às referências ao património arqueológico tendo em consideração a informação atualmente disponível no Portal do Arqueólogo. Esta ação será devidamente articulada com a alteração a realizar na tabela constante dos Estudos de Caracterização, que carece igualmente de atualização, designadamente com a introdução a informação disponibiliza pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Importará evidenciar que a informação relativa aos sítios arqueológicos não se apresenta como resultado de um trabalho sistemático de prospeção arqueológica do território pelo que não é um retrato fiel nem expressa aquela que será a realidade das antigas ocupações humanas da Covilhã que estará subavaliada devido à falta de trabalhos arqueológicos.</p> <p>Articular com a ponderação relativa aos contributos REL.11 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.24	14	<p>5.10.5. Face à realidade referida em 5.10.4. o relatório do programa deve apontar a necessidade de ser efetuada a carta arqueológica do concelho, com base em trabalhos de prospeção do concelho da Covilhã e realocização e avaliação do estado de conservação dos sítios inventariados, trabalho a ser desenvolvido por arqueólogo(s) devidamente autorizado pela Tutela para o efeito;</p>	<p>Será de questionar o alcance de uma proposta que recomende a elaboração de uma Carta Arqueológica em momento posterior à aprovação da Revisão do Plano.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Ver ponderação aos contributos REG.32 e PEPF.02.	Recomendação acolhida
REL.25	14	<p>5.10.6. Com base na informação disponibilizada nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022) deve apresentar-se um breve enquadramento histórico arqueológico da ocupação humana no concelho da Covilhã, evidenciando os mais elementos mais relevantes;</p>	<p>O relatório do Plano integra já na sua estrutura um capítulo (Vd, capítulo 2 - Diagnóstico territorial) que enquadra a interpretação dos resultados e conclusões da fase de caracterização, nele se assumindo a identificação dos problemas e situações de disfunção do território em análise, bem como a sinalização das tendências de evolução, dos recursos e potencialidades do território e dos constrangimentos e limitações a minimizar/eliminar.</p> <p>Neste capítulo do Relatório é assumida uma abordagem que sistematiza, por sistema territorial, os aspetos distintivos do território e apontar, desde já, os fatores críticos a considerar na definição da estratégia de desenvolvimento territorial (Vd. secção 2.2 – Sínteses Territoriais). Neste âmbito é desenvolvida uma breve abordagem em torno do Sistema Patrimonial (Vd. secção 2.2.2), que releva, entre outros valores, os elementos patrimoniais que compõem o património arquitetónico e arqueológico.</p> <p>Esta abordagem, complementada com a introdução de algumas sugestões integradas nos contributos assumidos pela entidade no âmbito da sua análise, constitui uma súmula da informação e da abordagem desenvolvida nos Estudos de Caracterização, enfatizado a identificação e caracterização dos elementos patrimoniais classificados e em vias de classificação, entendendo-se que que poderá ser mais desenvolvida, tendo por base a informação constante dos Estudos de Caracterização.</p> <p>De relevar, ainda, que os elementos mais relevantes do património cultural em presença no concelho são evidenciados, sendo igualmente assumidas, em sede de Regulamento, as necessárias disposições que visam a sua proteção e salvaguarda.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.26	14	<p>5.10.7. Não sendo apresentados indicadores de avaliação para a monitorização do plano, sugerem-se os seguintes para o património arqueológico:</p> <ul style="list-style-type: none">- N.º de novos elementos do património arqueológico inventariados- N.º de elementos do património arqueológico valorizados/musealizados; <p>5.10.8. A avaliação deve ter um carácter anual e deve ter como situação de referência o n.º de sítios arqueológicos inventariados e valorizados/musealizados até ao momento.</p>	<p>A integração de indicadores quantitativos que suportam a avaliação prevista no capítulo VIII do RJIGT será assegurada na versão final do Relatório do Plano, sendo estes indicadores definidos em função da sua pertinência, dos objetivos subjacentes à revisão do Plano e da viabilidade e capacidade do Município realizar a sua monitorização futura em tempo útil.</p> <p>No âmbito da análise dos indicadores a definir para a assegurar a avaliação futura do Plano, será ponderada a integração dos indicadores sugeridos pela entidade.</p>	Recomendação acolhida	-	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA						
AAE.01	7	2.19. No ponto 7.1.1.4, Património Cultural, clarifica-se que, à data, existem no Concelho da Covilhã 25 imóveis classificados e não 4, para além dos 4 em vias de classificação.	Na secção 7.1.1.4 do Relatório Ambiental, adequar a informação relativa aos imóveis classificados, tendo em consideração a sugestão da entidade e a conformidade com a listagem de imóveis classificados constante da Tabela 1.1. (Património classificado) do Anexo I (Património cultural) do Regulamento do Plano	Recomendação acolhida	-	-
AAE.02	7	2.20. Neste ponto referem ainda um total de 11 imóveis inventariados, sem proteção legal, de acordo com os Estudos de caracterização e com a informação da DGPC. De facto, na pesquisa do património imóvel na página da DGPC/Património Cultural registam-se esses imóveis. Todavia, no Anexo I do Regulamento do PDM encontra-se uma vasta listagem de património inventariado, e que se considerou muito positivo, que deverá ser devidamente abordada neste ponto da AAE.	Acolher a recomendação, abordando o património inventariado/identificado no Anexo I do Regulamento do PDM.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.03	7	2.21. No quadro 15, com o Património Classificado ou em Vias de Classificação verifica-se: a) O imóvel com o nº 14, classificado como MIP, encontra-se repetido na linha dos Em vias de classificação. b) Nessa linha deverá constar o imóvel nº 29. c) O imóvel nº 25 não se encontra incluído.	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.04	8	2.22. No quadro 36, a Direção-Geral do Património Cultural deverá ser substituída pelo Património Cultural, IP e CCDRC	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.05	22	<p>10.4. O FCD 1 “Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hidrológicos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho” (p.48);</p> <p>10.4.1. Não sendo feita qualquer referência ao património arqueológico que também integra o património cultural e atendendo a que o mesmo deve ser devidamente considerado nas políticas municipais de gestão territorial de forma a evitar a sua destruição, deve a respetiva redação dos objetivos deste FCD1, passar a fazer referência também ao património arqueológico passando a ter a seguinte redação:</p> <p>“(…) através da valorização e reabilitação do património construído,” <u>proteção e defesa do património arqueológico</u>, “promoção dos valores culturais” (arqueológicos”, “construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (….)” (p.48);</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.06	23	10.5.1. Na definição dos FCD no Quadro 5, tal como referido em 10.4.1., deve passar a constar a menção ao património arqueológico;	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AAE.07	23	10.7. Nos objetivos estabelecidos para a avaliação do FCD1 no ponto 7.1.1. do relatório deve proceder-se à inserção da menção ao património arqueológico conforme referido em 10.4.1. do presente parecer;	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.08	23	10.8.2. Sobre o património arqueológico refere-se que de acordo com o Portal do Arqueólogo (consultado em 2024) estão inventariados 145 sítios arqueológicos no concelho da Covilhã; ora, não só este número não está bem uma vez que na presente data o Portal do Arqueólogo refere a existência de 197 elementos do património arqueológico, como também difere do número de sítios que constava nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (dados de 2022) onde se referia a existência de 193 sítios arqueológicos; desta forma deve proceder-se à correção do número de sítios existente no concelho da Covilhã, tendo por base a tabela que consta dos Estudos de Caraterização, a qual deve ser atualizada com os sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer;	Acolher a recomendação. Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.23.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.09	23	10.9.1. No âmbito do OE 1 refere-se que a revisão do PDM é uma oportunidade para: - melhorar a eficiência da utilização do recurso solo e maior adequação com a conservação do património arquitetónico e arqueológico, e da paisagem; - valorizar o património construído e evitar a perda de identidade dos seus traços mais marcantes; 10.9.1.1. Para além do referido deve ainda acrescentar-se o seguinte como oportunidades: - Proceder ao levantamento arqueológico do concelho e à relocalização de sítios arqueológicos para elaborar a Carta de Património Arqueológica;	O Quadro 35 constitui um elemento de avaliação prévia (dos riscos e oportunidades) que decorrem dos Objetivos Estratégicos da 1.ª Revisão do PDMC. Deste modo, não haverá lugar a uma atualização deste quadro na próxima versão de RA a apresentar, uma vez que ele será substituído por um conjunto de quadros de avaliação de efeitos significativos, onde se analisam as diferentes propostas (regulamentares, de ordenamento e programáticas), organizadas em função dos eixos e objetivos estratégicos da Revisão do PDM, por forma a garantir que a avaliação efetuada se ajusta ao conteúdo material e documental do Plano. Ainda assim, esta preocupação será tida em conta no desenvolvimento da AAE, podendo figurar como uma das medidas de planeamento e gestão a ter em conta (recomendações suscitadas pela análise efetuada à proposta final, com o objetivo de contribuir para o assegurar o bom desempenho ambiental da revisão estratégica do plano, considerando, também, as principais tendências territoriais e os riscos e oportunidades que se colocam ao desenvolvimento no médio/longo prazo).	Recomendação parcialmente acolhida	-	-
AAE.10	23	10.9.2. No âmbito do OE 5 para além do referido deverá ainda acrescentar-se o seguinte: - É importante acautelar o risco de afetação/destruição de valores arqueológicos decorrentes de atividades agrícolas e florestais, se não forem implementadas as necessárias medidas de salvaguarda dos mesmos;	Ver ponderação ao ponto AAE.09.	Recomendação parcialmente acolhida	-	-
AAE.11	24	10.11. Para além das recomendações referidas no ponto 10.10. deverá ainda ser acrescentada a seguinte: 10.11.1. Garantir que os projetos agrícolas (incluindo as redes de rega) e florestais sejam objeto de normas regulamentares específicas, de forma a salvaguardar e proteger os mesmos;	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AAE.12	24	<p>10.12. No Quadro 36. Quadro de Governança são atribuídas as seguintes responsabilidades à DGPC:</p> <p>“Participação no estudo, investigação e divulgação do Património Cultural Imóvel e Imaterial português, pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico, pela realização de obras de conservação e restauro nos monumentos e sítios arqueológicos classificados, em vias de classificação ou de elevado interesse histórico, artístico e científico e pela gestão de uma vasta rede de monumentos e sítios arqueológicos distribuídos pelo território nacional continental, incluindo a documentação e inventário do Património Cultural Imaterial.” (p. 161), devendo ser tido em consideração o seguinte:</p> <p>10.12.1. A DGPC foi extinta a 31.21.2023, devendo, portanto, a referência à mesma ser suprimida, e parte das suas competências foram transferidas para o Património Cultural, I.P (Decreto-Lei n.º 78/2023 de 4 de setembro) e outra parte para as Comissões Coordenação de Desenvolvimento Regional, pelo que terá de ser revisto o que transitou para o PC, IP e o que transitou para as CCDR para constar do quadro de governança;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.13	24	<p>10.12.2. Nem o PC, I.P. nem as CCDR tem responsabilidade de realizar obras de conservação e restauro de monumentos e sítios classificados, exceto dos que lhe estão afetos, pelo que o referido deverá ser revisto em conformidade;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.14	25	<p>10.12.3. Entre outras competências, compete ao PC, I.P. “(...) desenvolver e atualizar os arquivos documentais e as bibliotecas afetas, bem como os sistemas de informação para o inventário do património arquitetónico, arqueológico e imaterial, e assegurar o acesso do público a essa informação” (alínea q) do Artigo 4.º do DL n.º 78/2023 de 4 de setembro.</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO						
ECD.01	8	<p>2.24. No ponto 12.1., Património Urbanístico Arquitetónico (pág. 548), são elencados alguns imóveis relevantes para o concelho, de diferentes tipologias, com pequenas descrições, mas referindo que os existentes no concelho não se esgotam nos listados.</p> <p>2.25. Seria importante que a caracterização do património cultural não ficasse limitada à elaboração de listas, mas conter fichas de caracterização dos bens culturais, incluindo do património classificado e em vias de classificação, o património não classificado (arqueológico e arquitetónico e outros bens imóveis) assim como os Centros Históricos e/ou Núcleos Antigos que se distingam pelo seu valor cultural.</p> <p>Essas fichas, para cada imóvel, deveriam conter toda a informação existente à data da elaboração do PDM, bem como breve descrição do estado de conservação acompanhada de fotografias atuais ilustrativas e planta de localização.</p>	Serão elaboradas fichas de caracterização dos bens culturais.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ECD.02	8	<p>2.26. No Ponto 12.4. Património Classificado e em vias de Classificação (pág. 601), na tabela 42, do Património classificado no concelho da Covilhã regista-se:</p> <p>a) A classificação dos imóveis deveria ter sido complementada com o diploma de classificação.</p> <p>b) Os imóveis não classificados não deveriam constar na mesma.</p> <p>c) Embora à data dos Estudos os imóveis nºs 14 e 16 estivessem em vias de classificação, e o nº 29 ainda não estivesse em vias de classificação, o imóvel nº 25 já se encontrava classificado e deveria constar da tabela.</p>	<p>Ponderar a alteração da tabela 42 (Património Classificado no Concelho da Covilhã) em conformidade com o sugerido pela entidade, assegurado a integração da informação relativa à lei habilitante que sustentou a classificação dos imóveis e a supressão dos imóveis que não apresentam um estatuto de imóveis classificados.</p> <p>Assegurar na tabela 42 as alterações necessárias à salvaguarda da conformidade do estatuto de classificação dos imóveis identificados pela entidade, designadamente os imóveis identificados com o n.º 14 (Fábrica de António Estrella / Júlio Afonso), n.º 16 (Palacete Jardim), n.º 25 (Castro da Argemela) e n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão).</p>	Recomendação acolhida	-	-
ECD.03	10	<p>Sobre o referido no Volume 1 relativamente à perda de valor dos achados arqueológicos após a sua remoção do solo (p. 560), o mesmo carece de revisão, uma vez que os materiais arqueológicos exumados em contexto de escavação arqueológica científica não perdem o seu valor para o estudo, compreensão e evolução das sociedades humanas.</p> <p>Dar nota ainda que na presente data estão inventariados no Portal do arqueólogo 197 sítios arqueológicos, devendo proceder-se à atualização da tabela com a inclusão dos sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer.</p>	<p>Rever a abordagem assumida no terceiro parágrafo da secção 12.2 (Património Arqueológico) e alterar o sentido da consideração relativa à perda de valor dos achados arqueológicos após a sua remoção do solo, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p> <p>Complementarmente, será assegurada a atualização da tabela 41 (Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC), considerando para o efeito a informação constante do Portal do Arqueólogo e a informação complementar disponibilizada pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p>	Recomendação acolhida	-	-
ECD.04	10	<p>Do Volume 2 consta a Planta de Património Cultural onde estão sinalizados 127 sítios arqueológicos, apresentando a legenda o respetivo número de inventário, designação, CNS e freguesia, constatando-se que o número de sítios representados em planta (127) difere do referido em texto (193 sítios arqueológicos) não se esclarecendo o porquê desta discrepância entre o número de sítios referidos nos dois documentos.</p>	<p>Atualizar a informação apresentada com base na informação atualmente disponível no Portal do Arqueólogo e na informação disponibilizada pela entidade no âmbito do seu parecer e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Articular com a ponderação relativa aos contributos REG.32, REL.22 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-
ECD.05	10	<p>Mais se constata que o n.º de inventário atribuído aos sítios na “Tabela 41 – Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC” não é coincidente com os da Planta de Património Cultural, alteração esta que se presta a confusões e erros, pelo que o número de inventário de cada sítio deveria ser sempre o mesmo independentemente do documento ou peça gráfica em que for referido.</p>	<p>Compatibilizar a numeração atribuída aos sítios constante da tabela 41 com a assumida na Planta de Património Cultural, presente em anexo do documento “Estudo de Caracterização e Diagnóstico do concelho da Covilhã”, de forma a assegurar a correspondência devida. Complementarmente, será de assegurar a devida correspondência da numeração atribuída a estes elementos patrimoniais com a assumida noutros elementos do conteúdo documental que lhes façam referência.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO						
PEPF.01	15	<p>6.1. Neste documento identificam-se as intervenções tidas como necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo PDM e de que forma serão executadas no âmbito territorial e financeiro; constata-se, contudo, que as intervenções referidas são todas no âmbito de operações urbanísticas - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Operações de Reabilitação Urbana (ORU), pelo que se propõem adicionalmente as seguintes:</p> <p>6.1.1. Em todas as UOPG, ARU e ORU em que se localizem sítios arqueológicos e elementos construídos no âmbito da arquitetura/arqueologia industrial devem ser realizados trabalhos arqueológicos prévios e os projetos devem privilegiar a proteção, valorização e conservação dos elementos do património cultural (arquitetónico e arqueológico), devendo ser previstas verbas para o financiamento dos necessários trabalhos arqueológicos a realizar;</p>	<p>A imposição à realização dos trabalhos arqueológicos prévios referidos pela entidade é matéria de Regulamento.</p> <p>Decorrendo da Lei e tendo sido acolhida em ponderação das referências REG.18 e REG. 31, não cabe ao PEPF impor a sua realização.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Assegurar, em sede de Regulamento, a realização de trabalhos arqueológicos em todos os perímetros urbanos delimitados na Planta de Ordenamento onde se localizem sítios arqueológicos.	Recomendação acolhida
PEPF.02	15	<p>6.1.2. De forma a dar cumprimento às recomendações do relatório ambiental, o programa de execução deve ainda prever as seguintes ações e as respetivas estimativas de investimento e calendarização:</p> <p>- Garantir a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredos de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas non aedificandi;</p>	<p>Esta tipologia de ações enquadra-se nos trabalhos de elaboração da Revisão do Plano e não na sua fase de implementação, pelo que não devem ser integrados no PEPF.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Ver ponderação do contributo REG.32.	Recomendação acolhida
PEPF.03	15	<p>- Investimento em projetos de investigação arqueológica (por exemplo no âmbito da arqueologia industrial, dos moinhos comunitários da freguesia da Erada, etc.), cujos resultados poderão ser potenciados para o turismo cultural o município;</p>	<p>Na fase subsequente do processo técnico de revisão do Plano, as ações a realizar e a inscrever no PEPF serão complementadas, de forma a integrar o conjunto de intervenções, ações e projetos que decorrem diretamente da proposta de Revisão do Plano, tendo por referência as prioridades assumidas pela Câmara Municipal da Covilhã e o âmbito material do Plano, nos termos definidos no RJIGT.</p> <p>Neste pressuposto, e, não obstante se reconhecer o mérito e relevância da sugestão assumida pela entidade, resulta o entendimento que este tipo de ação extravasa o âmbito material do Plano, pelo que a eventual integração deste investimento no PEPF, não constituindo uma obrigatoriedade legal, estará diretamente associado às expectativas e prioridades do Município e dependente da sua capacidade em assegurar a sustentabilidade económica e financeira da execução futura do Plano.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Esta medida, de âmbito imaterial, constitui uma mera proposta da Entidade, podendo ser realizada fora do âmbito da Revisão do PDM, até porque extravasa o âmbito material do PDM, nos termos do RJIGT.	Recomendação não acolhida
PEPF.04	15	<p>- Realização de ações de divulgação e sensibilização para a salvaguarda do património arqueológico quer para os técnicos da autarquia com funções no âmbito do ordenamento do território e do licenciamento/autorização de operações urbanísticas, agrícolas, florestais e de infraestruturas, quer para as comunidades locais;</p>	<p>Esta tipologia de ações extravasa o âmbito material do Plano</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Esta medida, de âmbito imaterial, constitui uma mera proposta da Entidade, podendo ser realizada fora do âmbito da Revisão do PDM, até porque extravasa o âmbito material do PDM, nos termos do RJIGT.	Recomendação não acolhida
PEPF.05	15	<p>- Criação de roteiros pedestres com sinalética informativa sobre o património cultural e natural ao longo dos percursos, numa perspetiva de articulação e complementaridade destes valores;</p>	<p>Ponderar a inclusão de uma medida/ação com este âmbito no PEPF.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Integrar esta medida/ação no PEPF.	Recomendação acolhida
PEPF.06	15	<p>- Organização de exposições temporárias relativas ao património cultural (arqueológico e arquitetónico) e com vista à sua divulgação junto da comunidade local e dos que visita, o concelho.</p>	<p>Articular com a ponderação relativa ao contributo PEPF.04</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Esta medida, de âmbito imaterial, constitui uma mera proposta da Entidade, podendo ser realizada fora do âmbito da Revisão do PDM, até porque extravasa o âmbito material do PDM, nos termos do RJIGT.	Recomendação não acolhida